

# Doenças políticas transmissíveis: do perigo nuclear aos paradoxos da febre da manipulação do indigenismo

## *Political disease: from nuclear danger to the paradox of the manipulation fever of indigenous peoples*

ARGEMIRO PROCÓPIO FILHO\*

Meridiano 47 n. 109, ago. 2009 [p. 16 a 19]

A camisa de força que o faz-de-conta democrático obriga a vestir em nome do politicamente correto deixa de mãos atadas a boa moral. Impossibilita separar o joio do trigo nos movimentos indigenistas. Benesses do Estado, de Organizações não Governamentais e indenizações criam clima contrário ao associativismo indígena. A proliferação de doenças políticas transmissíveis e os desentendimentos com vítimas chegam com a repartição do dinheiro fácil e farto entre caciques, parcela deles amparada em direitos sem obrigações.

As terras indígenas nos países amazônicos desnudadas de pluralismo jurídico facilitam a cultura da contravenção à medida que algumas tribos passaram a receber pagamento para esconder produtos químicos controlados, cocaína e coisas outras do contrabando. A imunidade que lhes faculta as leis dos brancos colocou os indígenas ao alcance do comércio ilegal em múltiplas partes de suas reservas.

Até passado recente, certos grupos de vocação indigenista no clero católico demonstravam indisfarçável atração pelo Partido dos Trabalhadores. Arrependidos, uma parte deles acumula constrangimentos explícitos transformados em oposição ao situacionismo cujos projetos jamais incluíram a governança moral. Nessa história, o indigenismo da dominação cresceu vertiginosamente nos últimos anos irrigado pelo assistencialismo da desesperança.

A proteção caridosa ao índio e o ambientalismo de encomenda bichados pela corrupção são prato cheio para as epístolas da contestação do etnode-

envolvimento. Na antropologia da desordem que a modernidade impõe à sociedade amazônica, em nome do índio e da natureza surgem movimentos de várias tendências. Parte deles ensombrada na conjuntura da caça aos votos tem como retaguarda o Programa de Aceleração do Crescimento.

Da concepção ao conteúdo, o PAC resultou do monólogo da burocracia governamental francamente descrente no sucesso da parceria Estado e Sociedade. Coordenado por um ministro residente nos Estados Unidos da América, o sotaque inglês do seu português lhe rendeu audiência e trânsito entre governistas de todos os credos.

Difícil de ser condenado por obras e ações, pouquíssimo do planejado a toque de caixa nesse Programa sai do papel. Todavia, se para a Igreja Católica lá na Amazônia até por intenção se peca, o que será do PAC como portentoso projeto de desencontro de saberes? Mal e diletantemente concebido, incapaz de absorver os recursos holísticos ao seu alcance, tal Programa pereniza a racionalidade situacionista e pouco propositiva da ideologia sindical-desenvolvimentista bastante desmoralizada.

Multiplicando concessões como forma de conciliação com o latifúndio agroexportador arruinador do meio ambiente, planos por silos, dutos, hidroelétricas, rodovias, regulamentação da mineração em territórios indígenas e incentivos ao agrocombustível, por essas coisas se desvela o PAC. Etiquetado de anti-indigenista pelo CIMI, poucos se lembram que chegarão dessas obras tão combatidas os meios para

\* Professor Titular de Relações Internacionais da Universidade de Brasília e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq (procopio@unb.br).

aumentar o consumismo e viabilizar a dita ajuda humanitária reclamada pelo indigenismo sedento de assistencialismo.

O fato de esse Programa desconsiderar a cosmovisão da sociedade o faz parceiro do desenvolvimento de pensamento único. Pensamento único de uma modernidade de primeira geração, para não dizer, totalmente ultrapassada. Seu eixo temático ambientalmente retrógrado e sem criatividade, sequer agrupa as peças do mosaico de realidades que formam o Brasil. Sendo assim, o PAC por suas desconexões resgata a frivolidade do desinteresse em coibir os desarranjos político-ambientais a desfavor da comunidade.

Dotada de valor ecológico deveras expressivo, a Amazônia na qual nem definiram ainda as alianças estratégicas múltiplas, presencia uma implementação de conceitos que irmanam o PAC às decisões do Superior Tribunal Federal. Desta feita, qualificar ou enquadrar o indigenismo na lógica da militância pelo assistencialismo o prepara para um basta que nunca dará à imoralidade da dependência ao dito civilizado. No julgamento da Ação Popular por impugnação da Portaria do Ministério da Justiça que demarcou a terra indígena Raposa Serra do Sol, o STF reafirmou a regularidade da demarcação em terras contínuas. Todavia, ao acrescentar no resultado do seu julgamento dúzia e meia de condições, outras conquistas como essa no STF e o indigenismo estará perdido!

Continuação dessa vitória de Pirro, a política do fácil e de menor risco começou pela extrusão dos desorganizados empregados do latifúndio rizicultor trancando as cancelas das terras indígenas para o excluído e as abrindo para o comando do modelo estocador de minerais raros e estratégicos. Nesse meio, o assistencialismo com as digitais da Funai avacalha a proteção e desfigura moralmente a razão de ser das reservas.

A Suprema Corte, ao pontuar o usufruto das potencialidades hídricas e do que existe de riqueza naquele solo, serve à logística do interesse capitalista exportador. Ávido por saber de onde tirar matéria-prima para que a escassez não o arruíne, o capitalismo depende das reservas e da infra-estrutura para saquear o que ali existe de essencial para os mercados.

De olhos vendados para com os deveres pela inclusão social e entendimento entre os povos, a decisão em tela lembra que a presença indígena em área de conservação não impede nem a vigilância da Polícia Federal, nem os compromissos pela defesa intrínsecos às Forças Armadas. Segundo o STF, a construção de estradas, de rede de comunicação, de linhas de transmissão, enfim, a infra-estrutura essencial aos oligopólios se garante independentemente de consultas às comunidades indígenas. Se o executivo muda até o Código Florestal sem o Congresso, também consegue impedir o parlamento de opinar sobre a ampliação do programa nuclear. Tampouco a “democracia popular” consultou os habitantes locais se querem o término da construção de Angra III. Com 1.124 megawatts insuficientes para abastecer duas cidades do tamanho de Belo Horizonte, equivocadamente, o Governo investe em uma energia perigosa e mais cara que as outras.

Nenhum balanço nem diálogo existem para entender em tempo de crise, qual matriz energética trará melhores benefícios. Sem reduzir o desperdício, falta manutenção adequada no que hoje gera e distribui a força elétrica. Tampouco se criam bases científicas consistentes para medidas alternativas contra calamidades oriundas das mudanças climáticas e contra a escassez.

Quem quer, consegue entender as circunstâncias nas quais desenterram o programa nuclear brasileiro. Conhecido por suas fragilidades técnicas, por centrais sempre às voltas com os resíduos radioativos letais à vida – consideravelmente piores que o CO<sub>2</sub> que não emitem – os projetos para o funcionamento de Angra III escondem verdades. Por exemplo, os riscos hidrológicos evitam-se por meio da proteção das nascentes, do combate ao desmatamento e são menos imprevisíveis que os nucleares. Depois de consumir US\$ 700 milhões, faltando 70% das obras para a conclusão desse empreendimento, compras bilionárias, inclusive de tecnologia, se farão na União Européia e nos Estados Unidos da América. Isso obrigará o contribuinte a desembolsar adicionalmente US\$ 2 bilhões.

Bem pagas, existem Ong’s atuando como marionetes nas mãos de oligopólios especializados em vender tecnologia e instrumentos para usinas nucle-

ares. Defendendo em primeira mão os seus interesses, fantasiadas de ambientalistas, elas travam, não importa onde no Brasil, o quanto possível, projetos para a exploração da energia hídrica para favorecer a produção atômica.

O rígido controle contra vendas destinadas às usinas iranianas, os russos rezando para fechar as suas, os chineses desesperados para evitar acidentes nas de lá, a Alemanha desativando suas centrais nucleares, a França às voltas com infiltrações radiativas e os Estados Unidos da América há mais de vinte anos sem construir nenhuma delas, deixaram os traficantes de tecnologia nuclear em estado de penúria. Isto explica a pressão contra as hidroelétricas por parte do ambientalismo de encomenda. Ele ensaia repassar material nuclear encalhado em meia dúzia de países centrais. Por essa razão, jamais esse movimento organizado plaude pela captação da energia solar ou eólica. Justifica também o seu silêncio pela repotencialização das pequenas e velhas hidrelétricas, eternas marginalizadas dos programas de eficiência energética.

Nem a tarifa da energia em Angra I e Angra II bem mais cara que a das hidroelétricas, nem o gravíssimo e insolúvel problema do depósito do lixo radioativo incomodam o ambientalismo petista. Traiçoeiro, no poder ele se mobiliza para concluir o projeto amigoda-onça de Angra III em cooperação com a francesa AREVA. Estatal emagrecida pela resistência mundial à compra de seus produtos de duvidosa segurança, seu lobismo joga pesado em Brasília. Excelente negócio para manter inalterados os paradigmas energéticos do centro na periferia, esse projeto transformará o Brasil em alternativa de suprimento de urânio enriquecido para a União Européia, a começar pela França. Graças aos interesses estratégicos dessa herdeira da Siemens Kwu, Paris e sua mídia, nos últimos anos, em quase nada se pronunciam sobre as desgraças ambientais na Hiléia. Em nome da garantia de milionários negócios, sabe fechar olhos e guardar interesseiro silêncio sobre as catastróficas opções ambientais nesse presente sem futuro.

Formalmente proibida de cobrar taxas de pedágio em rios e estradas, várias tribos perderam esse direito que as levava a nada. Para deixa as coisas

como estão, sem o orgulho e a coragem de seus ancestrais, recebem propinas pela estocagem de drogas, produtos químicos controlados, contrabando de madeira nobre, diamante e ouro na geografia de reservas onde lideranças corruptas impunemente se deixam subornar.

Por causa do desuso de instrumentos hermenêuticos para a crítica da falta de vontade política por mudanças estruturais, os paradoxos da ação das elites no poder se avolumam. Minados, os parâmetros desenvolvimentistas da racionalidade do progresso na vida social dificilmente levarão ao consenso desejado. Onde a democracia jamais desfrutou de um sentido histórico, aumentar o sacrifício da maioria pobre por meio seja do *apartheid*, seja por meio da arma da extrusão legitimada pela justiça do sistema, provocam insanáveis prejuízos contra o querigma que, *ab initio*, compete à civilização cristã respeitar.

A migração indígena para as cidades elevou o índice da população urbana amazônica. Estimada em 86% no ano de 2009, esse fato é um complicador para os movimentos que apostam na demarcação das reservas como solução dos males do êxodo dos povos predecessores. Dependendo de quem as elaboram, as estatísticas dão conta de que cerca de um quarto da população antecessora vive nas cidades. Outras estimam que mais da metade saiu das reservas e embrenhou pelas matas de concreto. Aí se transformam em pedintes, prostitutas e domésticas, tal quais os demais degradados filhos de Eva.

Uma visita aos mercados, às feiras livres ou às zonas de prostituição nas grandes cidades amazônicas escancara o estado de dependência desses povos crescendo alimentados pela caridade híbrida do civilizador que fala por eles. Que lhes deseja uma particular autodeterminação dependente da ajuda alimentar, da saúde e até do apoio na elaboração de seus estatutos. Verdade indigesta, a insensibilidade, seja do Quarto Poder, seja da Igreja em relação ao indígena que foi viver fora das reservas levanta dúvidas quanto à sinceridade da solidariedade dos brancos.

A tradição de resistência dos povos originários ao trabalho escravo se esmorece no anonimato urbano onde o ambiente contamina seus méritos culturais condensando apatias. A batalha pelo direito de ser

indígena em todo lugar onde estiver sua alma, se for travada na estrada ou na cidade, ninguém ajuda. Por uma miscigenação integradora pouquíssimos lutam. O fluxo migratório de indígenas das reservas para os espaços urbanos polariza visões relacionadas às estratégias de homogeneização cultural.

Recebido em 01/08/2009

Aprovado em 04/08/2009

**Resumo:** o artigo trata da manipulação política em questões vinculadas à Amazônia como a indígena,

por exemplo. Aborda também a questão da energia nuclear.

**Abstract:** the article deals with the political manipulation of some issues, such as the indigenous peoples, related to Amazonia. It also makes references to nuclear energy.

**Palavras chaves:** Amazônia; Energia Nuclear; nações indígenas

**Key words:** Amazon Forest; Nuclear energy; indigenous people

